

BALANÇO			
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab			
CNPJ no 26.461.699/0001-80			
BALANÇO PATRIMONIAL			
1º Trimestre de 2022			
ATIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/03/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		2.184.901	1.974.713
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.1	357.028	297.037
Aplicações Financeiras		1.059	1.036
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento		323.172	260.558
Lim. de Saque c/Vinc. Pagto. Ordem Pagto - OFSS		32.797	35.443
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	5	4.862	20.382
Clientes	5.1	4.862	20.382
Fat. Dupl. a Rec. - Prestação de Serviços		4.862	20.382
Fat. Dupl. a Rec. - Estoque Regulador PGPM		0	16.056
Fat. Dupl. a Rec. - Mercado de Opções		0	862
Fat. Dupl. a Rec. - Prestação de Serviços		5.212	3.814
(-)Ajuste Perdas Demais Créditos e Valores		(350)	(350)
DEMAIS CRÉD. E VAL. A CURTO PRAZO	6	1.456.265	1.427.382
Adiantamentos Concedidos	6.1	10.233	4.844
Adiantamentos a Pessoal		10.233	4.844
Tributos a Recuperar/Compensar	6.2	165.554	153.651
Créditos Tributários		165.554	153.651
Outros Créd. a Rec. e Valores a Curto Prazo	6.3	1.280.478	1.268.887
Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo		74	0
Créditos a Rec. Decor.de Infrações Leg. e Contratuais		483	1.048
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal		157	278
Créditos a Rec. por Alienação de Bens Móv/Imóveis		8.250	2.670
Créditos a Rec. de Ac. Financ. c/Serv. e Ex-Servidores		44.883	44.785
Recursos da União		353.537	386.402
Créditos Parcelados		2.971	3.443
Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União		870.123	830.261
ESTOQUES	7	364.820	230.872
Mercadorias para Revenda		262.499	113.815
Materiais em Trânsito		575	331
Almoxarifado, Estoques para Distribuição e Outros		1.723	1.436
Estoques para Doação e/ou Permuta		5	6
Compra Antecipada - Entrega Futura		100.018	115.284
ATIVOS A CLASSIFICAR - RPNP EM LIQUIDAÇÃO		0	(964)
Ativos a Classificar - RPNP em Liquidação		0	(964)
VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE	8	1.926	4
Despesas Antecipadas		1.926	4
NÃO CIRCULANTE		1.486.915	1.435.312
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.357.875	1.302.663
Créditos a Longo Prazo		29	31
Clientes	5.2	29	31
Faturas/Duplic. a Receber - Prestação de Serviços		29	31
Faturas/Duplic. a Receber - Prestação de Serviços		29	31
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	6.4	1.357.846	1.302.632
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros		6	6
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		46.549	46.309
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo		1.311.291	1.256.317
Créditos a Receber por Cessão de Créditos p/União		1.270.330	1.225.353
Créditos a Receber por Alienação de Bens Móv./Imóveis		22.836	14.760
Créd. a Rec. p/Acerto Financ. c/Serv. e Ex-Servidores		2.893	2.802
Duplicatas e Títulos em Contencioso		24	25
Continua			

ATIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/03/2022	31/12/2021
Créditos Parcelados		15.232	13.395
Títulos a Receber		69	120
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações		0	509
(-)Ajustes Perdas Demais Créditos e Valores		(93)	(647)
INVESTIMENTOS	4.5	6.288	6.258
Participações Permanentes		4.290	4.261
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		14.844	14.844
(-)Redução ao Valor Recuperável de Investimentos		(10.554)	(10.583)
Propriedades para Investimento		1.996	1.995
Bens Imóveis não Destinados a Uso		2.850	2.850
(-)Depreciação Acumul. Invest. – Cons. Propriedades		(854)	(855)
Demais Investimentos Permanentes		2	2
Demais Investimentos Permanentes		2	2
IMOBILIZADO	4.7	122.518	126.162
Bens Móveis		8.577	8.846
Bens Móveis		111.144	110.831
(-)Depreciações		(102.479)	(101.897)
(-)Redução ao Vr. Rec. de Imobilizado - Móveis	4.8	(88)	(88)
Bens Imóveis		113.941	117.316
Bens Imóveis		333.476	337.674
(-)Depreciações		(218.862)	(219.782)
(-)Amortizações		(673)	(576)
INTANGÍVEL	4.7.1	234	229
TOTAL		3.671.816	3.410.025

PASSIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/03/2022	31/12/2021
CIRCULANTE	9	2.045.169	1.885.637
OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR	9.1	106.247	109.791
Pessoal a Pagar		75.319	78.207
Benefícios Assistenciais		428	407
Encargos Sociais a Pagar		30.501	31.178
OPERAÇÕES ESPECIAIS	9.2	628.353	564.800
Operações Especiais		628.353	564.800
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		1.310.569	1.211.046
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.3	26.936	44.431
Fornecedores Nacionais		1.379	8.638
Contas a Pagar Credores Nacionais		25.557	35.793
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	9.4	2.273	1.803
Obrig. Fiscais com a União, Est. e Municípios		2.273	1.803
Demais Obrigações a Curto Prazo		1.281.360	1.164.812
Adiantamentos de Clientes	9.5	527	529
Consignações	9.7	14.844	13.088
Depósitos e Cauções Recebidos	9.7	7.776	14.836
Indenizações, Restituições e Compensações	9.7	9.654	10.502
Diárias a Pagar	9.7	54	15
Continua			

PASSIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/03/2022	31/12/2021
Entidades Credoras	9.6	125.449	124.833
Entidades Credoras - Est., DF e Municípios	9.7	1.736	1.736
Valores em Trânsito Exigíveis	9.7	10	127
Entidades Privadas	9.8	64.672	86.434
Transferências Financeiras a Comprovar - TED	9.9	1.056.638	913.930
Passivos em Liquidação a Classificar	9.7	0	(1.218)
NÃO - CIRCULANTE		1.272.543	1.229.598
FORNECEDORES A LONGO PRAZO	9.3.2	62	61
Contas a Pagar Credores Nacionais		62	61
PROVISÕES A LONGO PRAZO	10	333.467	324.989
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo		260.070	258.833
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo		30.137	31.874
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo		43.260	34.282

Continua

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

1º Trimestre de 2022 e 2021

DETALHAMENTO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/03/2022	31/03/2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14.1	28.595	48.856
(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		19.162	42.571
CMV - Estoques Reguladores - PGPM/MO	14.2	44.852	56.019
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	14.3	25.690	13.448
LUCRO BRUTO	14.4	9.433	6.285
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	14.5	290.814	286.220
(-)DESPESAS DE PESSOAL		254.860	238.192
Remuneração a Pessoal		109.140	123.156
Sentenças Judiciais		16.849	6.391
Obrigações Patronais		47.234	43.408
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência		26.834	24.882
Benefícios a Pessoal		10.862	11.673
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		43.941	28.682
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS		35.954	48.028
Consumo de Materiais		3.125	752
Diárias		387	413
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Física		267	337
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Jurídica		27.739	24.986
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		3.510	5.173
Outras Despesas Operacionais		926	16.367
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	14.6	22.685	28.510
Multas e Juros de Mora		461	225
Indenizações e Restituições		1.593	1.136
Receitas de Valores Mobiliários		2	63
Receitas Diversas		20.629	27.086
(+)OUTROS RESULTADOS	14.7	13.813	1.118
Alienação de Bens Imóveis		15.636	0
Desincorporação de Ativos		(1.823)	1.118
(-)MOVIMENTAÇÃO INTERNA		0	0
RESULTADO ANTES DAS DESP. E RECEITAS FINANCEIRAS		(244.883)	(250.307)
(+/-)RESULTADO FINANCEIRO	14.8	901	417
Despesas Financeiras		0	(2)
Receitas Financeiras		901	419
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TES. NACIONAL		(243.982)	(249.890)
(+)SUBVENÇÕES DO TESOURO NACIONAL	14.9	303.296	262.322
Repasse Recebidos para Custeio/Pessoal		303.296	262.322
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		59.314	12.432
Imposto de Renda a Recolher		0	0
Contribuição Social Sobre o Lucro a Recolher		0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	12.2	59.314	12.432
LUCRO POR AÇÃO		31,89	6,68

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

PASSIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/03/2022	31/12/2021
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	11	939.014	904.548
Depósitos e Cauções Recebidos		652	652
Precatórios de Terceiros		2.033	2.033
Entidades Privadas de Previdência		936.329	901.863
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	354.104	294.790
Capital	12.1	302.801	302.801
Resultados Acumulados		51.303	(8.011)
Lucros e Prejuízos Acumulados do Exercício		0	(8.011)
Lucros e Prejuízos Acumulados Exercício Anterior		(8.011)	0
Resultado do Período		59.314	0
TOTAL		3.671.816	3.410.025

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

1º Trimestre 2022 e 2021

DESCRIÇÃO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/03/2022	31/03/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Antes do Imposto de Renda e da CSLL		59.314	12.432
Ajustes por:			
Depreciações e Amortizações		1.971	2.256
Alienação de Bens		(1.311)	0
Desincorporação por Cessão de Bens Cedidos		1.823	0
Redução a Valor Recuperável de Investimentos		(29)	62
Resultado em Investimentos		0	(1.118)
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado – Móveis		0	84
		2.454	1.284
Variações de Ativos e Passivos		(2.934)	43.040
Clientes e Outros Créd. a Receber e Valores a Pagar		(38.340)	(72.097)
Créditos Tributários		(1.765)	(2.777)
IR e CSLL a Recuperar/Compensar		(9.668)	(1.812)
Encargos Sociais a Pagar		(677)	2.313
Adiantamentos e Pessoal a Pagar		(9.182)	2.112
Despesas Antecipadas		(1.923)	(13)
Operações Especiais e Estoques		(70.395)	71.164
Ativos a Classificar		(964)	0
Consignações e Fornecedores		(15.737)	(189.159)
Depósitos e Cauções Recebidos		(7.061)	(2.146)
Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis		8.478	21.114
Entidades Credoras		616	0
Adiantamentos de Clientes		(2)	(1)
Recursos Vinculados		(240)	6.567
Passivos em Liquidação a Classificar		1.218	0
Subvenções a Pagar		0	2
Transferências Financeiras a Comprovar - TED		142.708	207.773
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.1	58.834	56.756
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aplicações no Imobilizado e Intangível		(435)	(500)
Recebimentos por Resgate de Títulos		0	2.228
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes		1.592	0
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	13.2	1.157	1.728
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	13.3	0	0
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO		59.991	58.484
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	13.4	59.991	58.484
No Início do Exercício		297.037	238.996
No Final do Exercício		357.028	297.480

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

1º Trimestre de 2022 e 2021

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL			
	31/03/2022	%	31/03/2021	%
1.RECEITAS	43.971	13,76	50.341	19,63
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	30.158	9,44	49.223	19,20
1.2 - Outras Receitas	13.813	4,32	1.118	0,44
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	49.436	15,48	82.928	32,34
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	19.162	6,00	42.571	16,60
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	30.274	9,48	40.357	15,74
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(5.465)	(1,71)	(32.587)	(12,71)
4.RETENÇÕES	1.971	0,62	2.256	0,88
4.1 - Depreciação e Amortização	1.971	0,62	2.256	0,88
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(7.436)	(2,33)	(34.843)	(13,59)
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	326.882	102,33	291.252	113,59
6.1 - Receitas Diversas	22.685	7,10	28.511	11,12
6.2 - Receitas Financeiras	901	0,28	419	0,16
6.3 - Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal	303.296	94,94	262.322	102,31
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	319.446	100,00	256.409	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	319.446	100,00	256.409	100,00
8.1 - Pessoal				
8.1.1 - Pessoal e Encargos	254.860	79,78	238.192	92,90
Total	254.860	79,78	238.192	92,90
8.2 - Tributos				
8.2.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	5.073	1,59	5.542	2,16
Total	5.073	1,59	5.542	2,16
8.3 - Terceiros				
8.3.3 - Juros e Aluguéis	199	0,06	243	0,09
Total	199	0,06	243	0,09
8.4 - Próprios				
8.4.5 - Lucros Retidos/Prejuízo do Período	59.314	18,57	12.432	4,85
Total	59.314	18,57	12.432	4,85

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Até o 1º trimestre de 2022 e 2021

DETALHAMENTO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/03/2022	31/03/2021
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		59.314	12.432
(+/-)Outros Componentes do Resultado Abrangente		0	0
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		59.314	12.432

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Até o 1º Trimestre/2022

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	11	Demais Obrigações a Longo Prazo
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	12	Patrimônio Líquido
03	Alterações na Legislação Societária	13	Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	14	Demonstração do Resultado do Exercício - DRE
05	Créditos a Curto e Longo Prazo	15	Demonstração do Valor Adicionado - DVA
06	Demais Créditos e Valores a Curto e Longo Prazo	16	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL
07	Estoques	17	Demonstração do Resultado Abrangente - DRA
08	Despesas Antecipadas	18	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Endividamento	19	Ativos Contingentes
10	Provisões a Longo Prazo	20	Contingências Passivas

21	Benefícios Concedidos aos Empregados
22	Remuneração dos Dirigentes e Empregados

Nota 1. Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dependente, dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “Prover Inteligência agropecuária e participar da formulação e execução de políticas públicas, contribuindo para a regularidade do abastecimento e formação de renda do produtor rural”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 27 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 64 Unidades Armazenadoras e com 126 armazéns, destinados à prestação de serviços de pesagem, limpeza, secagem e armazenamento de produtos agrícolas.

23	Repasses e Termos de Execução Descentralizada TED
24	Outros Assuntos

Nota 2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Lei 13.303, de 30/06/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27/12/2016.

A Conab, como entidade da Administração Pública Federal, integrante do Balanço Geral da União utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na modalidade total.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações nos valores reais.

Nota 3. Alterações na Legislação Societária

As Leis nº 11.638/07, 11.941/09 e 13.303/16, regulamenta-

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Até o 1º Trimestre de 2022 – 2021

Discriminação	Reserva de lucros (em R\$ mil)				
	Capital social realizado	Reserva legal	Reservas de retenção do lucro	Lucros ou prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2021	302.801	19.196	138	0	322.135
RESULTADO DO PERÍODO				12.432	12.432
Saldo em 31 de março de 2021	302.801	19.196	138	12.432	334.567
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				(39.776)	(39.776)
ABSORÇÃO DO PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(19.196)	(138)	19.334	0
Saldo em 31 de dezembro de 2021	302.801	(19.196)	(138)	(20.442)	294.791
Discriminação	Reserva de lucros (em R\$ mil)				
	Capital social realizado	Reserva legal	Reservas de retenção do lucro	Lucros ou prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	302.801	0	0	(8.011)	294.790
RESULTADO DO PERÍODO				59.314	59.314
Saldo em 31 de março de 2022	302.801	0	0	51.303	354.104

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

GUILHERME AUGUSTO SANCHES RIBEIRO
Diretor-Presidente

MARCUS VINÍCIUS MORELLI
Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas

BRUNO SCALON CORDEIRO
Diretor-Executivo Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

SERGIO DE ZEN
Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações

JOSÉ JESUS TRABULO DE SOUSA JÚNIOR
Diretor-Executivo de Operações e Abastecimento

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade Substituto
Contador CRC DF 005969/O-5 CPF:086930721-53

da pelo Decreto nº 8.945/16, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “Internacional Accounting Standards Board (IASB)”.

Nota 4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Caixa e Equivalente de Caixa: Refere-se ao limite de saque da Conta Única, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira, para pagamentos a partir do mês de abril/2022, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio, aquisições, manutenção dos estoques, subvenção, Termos de Execução Descentralizada e outros, e também aplicações financeiras de curto prazo, registradas pelo valor original mais os rendimentos auferidos até 31 de março de 2022 e concentram-se em fundos extramercado.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos, são executadas mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.3.2 Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados com a tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de março de 2022, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.4 Almoarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.5 Investimentos: O total de R\$4.290 mil, está representado pelos valores das participações permanentes registradas pelo custo de aquisição, acrescidas até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes (a Conab não possui investimentos em outras sociedades), bem como as propriedades para investimentos, relativas a imóveis alugados e com contrato de concessão além de títulos e valores mobiliários permanentes.

4.5.1 Participações Permanentes: O total de R\$4.290 mil, refere-se às participações permanentes, deduzido do valor provisionado de R\$10.554 mil, até 31 de março de 2022, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas, inclusive as que estão em processo de liquidação.

Tabela 1 - Participações em empresas - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre
Participações em Empresas – saldo em 31/12/2021	14.844
(-) Redução Valor Recuperável Investimentos	(10.554)
Saldo em 31 de março de 2022	4.290

Fonte: Conab.

4.5.2 Propriedades para Investimento: O total de R\$1.996 mil, refere-se a bens imóveis não utilizados nas atividades operacionais da Companhia (alugados e com cessão de uso).

Tabela 2 - Investimentos - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre
Propriedades para Investimento - saldo em 31/12/2021	2.850
(-) Deprec. Acumul. Invest. – Cons. Propriedades	(854)
Saldo em 31 de março de 2022	1.996

Fonte: Conab.

4.5.3 Títulos e Valores Mobiliários Permanentes: O total de R\$2 mil, em 31 de março de 2021, compreende investimentos em Notas do Tesouro Nacional – NTN –P, sob a guarda do Banco do Brasil S/A.

4.6 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.7 Imobilizado: O total de R\$122.518 mil, em 31 de março de 2022 (R\$126.162 mil, em 31 de dezembro de 2021), está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, redução ao valor recuperável e outros. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. As baixas são oriundas de alienações, doações, baixas por inservibilidade, sinistro, por cessão a outros órgãos e outros.

A partir do mês de março de 2022, a Companhia passou a adotar o cálculo da depreciação com base na vida útil econômica estimada dos bens, conforme determina o CPC 27. As taxas aplicadas serão revistas anualmente, pela equipe de patrimônio da Companhia adotando as regras do CPC 27, que possibilita a definição da vida útil do ativo com base na experiência da entidade com ativos semelhantes, ou seja, utilizando o método comparativo. Dessa forma, as taxas utilizadas no mês de março de 2022, são as seguintes:

Tabela 3 - Imobilizado - Taxa de Depreciação

Grupo de Bens	Taxa anual	Taxa mensal
Edificações	4,0000000%	0,0033
Equipamentos Industriais	5,0000000%	0,0042
Máquinas Equipamentos e Veículos	6,6666667%	0,0056
Mobiliário em Geral, Peças e Instalações	10,0000000%	0,0083
Peças para Automóveis e Equip. de Informática	20,0000000%	0,0167

Fonte: Conab.

Tabela 4 - Imobilizado - Bens Móveis - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre			
	Mar/2022	Adições	Baixas	Dez/2021
Máquinas, Aparelhos, Equip. e Ferramentas	30.501	258	(3)	30.246
Bens de Informática	37.067	8	0	37.059
Móveis e Utensílios	14.304	28	0	14.276
Mater. Cultural, Educ. e de Comunicação	611	22	0	589
Veículos	26.889	0	0	26.889
Demais Bens Móveis	1.772	0	0	1.772
Total dos Bens Móveis	111.144	317	(3)	110.831

Fonte: Conab.

Tabela 5 - Imobilizado - Bens Imóveis - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre			
	Mar/2022	Adições	Baixas	Dez/2021
Imóveis Residenciais/ Comerciais	2.090	0	0	2.090
Edifícios	179.820	0	(2.117)	181.937
Terrenos/Glebas	17.350	0	(1.108)	18.458

Continua

Descrição	Até o 1º Trimestre			
	Mar/2022	Adições	Baixas	Dez/2021
Armazéns/Galpões/Silos	102.638	0	(991)	103.629
Salas e Escritórios	863	0	0	863
Instalações	178		0	178
Obras em Andamento	13.677	18	0	13.659
Estudos e Projetos	7.132	0	0	7.132
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	9.728	0	0	9.728
Total dos Bens Imóveis	333.476	18	(4.216)	337.674

Fonte: Conab.

Tabela 6 - Imobilizado - Depreciação/Amortização de Bens - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre			
	Mar/2022	Adições	Baixas	Dez/2021
Depreciação dos Bens Móveis	(102.479)	(583)	1	(101.897)
Depreciação dos Bens Imóveis	(218.862)	(1.195)	2115	(219.782)
Amortização dos Bens Imóveis	(673)	(97)	0	(576)
Total a Depreciação/ Amortização	(322.014)	(1.875)	2.116	(322.255)

Fonte: Conab.

4.7.1 Intangível: Representa os valores de direito de uso de softwares e suas amortizações, conforme composição a seguir:

Tabela 7 - Intangível - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre			
	Mar/2021	Adições	Baixas	Dez/2021
Softwares Vida Útil Definida	3.111	100	0	3.011
(-) Amortização	(2.877)	(95)	0	(2.782)
Total	234	5	0	229

Fonte: Conab.

4.8 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

4.8.1 Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Bens Móveis: Foi efetuado registro no total de R\$88 mil, referente a redução ao valor recuperável, até 31 de março de 2022, conforme testes de impairment, realizados na Matriz e Superintendências Regionais.

A metodologia utilizada foi a segregação dos bens por grupos e analisadas a existência de indícios de desvalorização de ativos não geradores de caixa. Na existência de indícios, foi mensurado o valor recuperável e comparado com o valor contábil.

4.8.2 Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Bens Imóveis: No exercício de 2020, foram realizados os estudos de recuperabilidade dos bens imóveis e não foi constatado nenhuma redução ao valor recuperável de ativos, conforme abaixo:

O patrimônio imobiliário da Conab, utilizado no cumprimento dos seus objetivos estatutários e no suprimento das suas necessidades operacionais e administrativas, é constituído de 181 imóveis distribuídos em cerca de 130 municípios.

Esses bens foram construídos/adquiridos nas décadas de 1970 e 1980 no bojo da política governamental de expansão da fronteira agrícola do País com foco nos pequenos e médios produtores e pequenos e médios varejistas, estabelecidos, notadamente, na periferia dos centros urbanos.

No projeto de implantação das unidades operacionais/comerciais, dava-se preferência na escolha dos terrenos que dariam origem aos equipamentos, ou para o caso de aquisição de instalações prontas, às áreas fora do centro urbano das cidades, em obediência ao controle

ambiental e a fluência do tráfego da cidade, preservando a comodidade e a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Com o passar dos anos, essas regiões foram se desenvolvendo, requerendo projetos de urbanização com a ampliação ou execução dos serviços públicos o que fez com que estas áreas, antes periféricas, se tornassem centrais. Esse progresso trouxe valorização aos imóveis, incluindo aqueles da Conab.

Outro fator que influencia no registro do valor residual do imóvel e para o qual chamamos a atenção é que todos os bens imóveis constantes do patrimônio da Companhia, foram incluídos pelo valor de aquisição e/ou construção efetuada na época do ato de incorporação, sendo daí em diante seus valores corrigidos e depreciados conforme a legislação da época. Com a mudança da legislação na década de 1990, esses valores deixaram de ser corrigidos e passaram a ser somente depreciados, o que influenciou sobremaneira para que os valores residuais se situassem em patamares bem inferiores aos de mercado, mesmo considerando a sua depreciação.

Com o passar do tempo, e por esse motivo (somente depreciação), verificou-se que os valores desses ativos, definidos por intermédio de laudos de avaliação elaborados, via de regra pela CEF, encontram-se superiores àqueles indicados nos registros patrimoniais da Companhia, observando-se, portanto, uma valorização.

4.9 Reconhecimento da Receita

4.9.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios, contemplando as apropriações das receitas, custos e despesas correspondentes, oriundas do resultado das atividades próprias da Companhia.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços.

Os custos e despesas são mensurados e reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo.

4.10 Provisões Passivas: Encontra-se provisionado no Passivo Não Circulante, as provisões vinculadas a processos judiciais, trabalhistas, tributários e cível, consideradas como sendo de futuro desembolso da Companhia, conforme relatório elaborado pela Procuradoria Jurídica – PROGE, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM Nº 594, de 15/09/2009, normatizado no CFC, pela NBC TG 25(R1).

O saldo existente é composto pelas provisões para causas trabalhistas, tributárias e cíveis, que agregado aos Depósitos Vinculados, serão suficientes para cobrir prováveis liquidações de sentenças, a serem pagas.

4.11 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IRPJ e CSLL, a Companhia adota o regime de lucro real anual, em que as apurações são efetuadas, mensalmente, por estimativa, conforme parágrafo 4º, art. 31 da IN/RFB 1.700/17. Esse regime permite a apuração dos tributos devidos, com base em balancetes de suspensão ou redução (art. 47 e 50 da IN/RFB 1.700/17).

Nota 5. Créditos a Curto e Longo Prazo

O total no curto e longo prazo, até 31 de março de 2022, está representado pelo montante de R\$4.920 mil (R\$20.444 mil, em 31 de dezembro de 2021), correspondente aos direitos a receber, decorrentes de prestação de serviços de armazenagem, aluguéis e outros. Esse valor representa o resultado entre o montante de R\$5.241 mil, deduzido do valor de R\$350 mil, relativo ao total dos registros de perdas esperadas relacionadas aos créditos de difícil recebimento, identificados até 31 de dezembro de 2021.

5.1 Clientes – Curto Prazo

Tabela 8 - Clientes - Curto Prazo - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2022	Dezembro/2021
Fat. Dupl. a Rec. – Estoque Reg. - PGM	0	16.056
Fat. Dupl. a Rec. – Mercado de Opções	0	862
Fat. Dupl. a Rec. – Prestação de Serviços	5.212	3.814
(-)Ajustes Perdas Demais Créd. e Valores	(350)	(350)
Subtotal	4.891	20.413

Fonte: Conab.

5.2 Clientes – Longo Prazo

Tabela 9 - Clientes - Longo Prazo - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2022	Dezembro/2021
Fat/Dupl. a Receber - Prestação de Serviços.	29	31
Subtotal	29	31
Total do Curto e Longo Prazo	4.920	20.444

Fonte: Conab.

Nota 6. Demais Créditos e Valores a Curto e Longo Prazo

O total de R\$1.456.265 mil, até 31 de março de 2022 (R\$1.427.382 mil, em 31 de dezembro de 2021), representa os Adiantamentos Concedidos, Tributos a Recuperar/Compensar e Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo.

No longo prazo o saldo de R\$1.357.846 mil, em 31 de março/2022 (R\$1.302.632 mil, em 31 de dezembro de 2021), está composto pelos valores citados na Nota 6.4.

6.1 Adiantamentos Concedidos: O total de R\$10.233 mil, até 31 de março de 2022 (R\$4.844 mil, em 31 de dezembro de 2021), corresponde ao pagamento antecipado no período de férias, adiantamento de décimo terceiro salário e adiantamento para viagem.

Tabela 10 - Adiantamentos Concedidos - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2022	Dezembro/2021
Adiantamentos a Pessoal	10.233	4.844
Total	10.233	4.844

Fonte: Conab.

6.2 Tributos a Recuperar/Compensar: Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Tabela 11 - Tributos a Recuperar/Compensar - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2022	Dezembro/2021
ICMS a Recuperar/Compensar e Diferido	151.996	149.764
IRRF e CSLL a Recuperar/Compensar	13.549	3.880
COFINS e PASEP a Recuperar/Compensar	9	7
Total de Créditos Tributários Circulante	165.554	153.651

Fonte: Conab.

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar, representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Regulado-

res, Estratégicos e Agricultura Familiar, e por substituição tributária, conforme disposto no Convênio ICMS nº 156, de 18 de dezembro de 2015.

Em 2017, após diversos estudos, a Conab mudou a forma de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social, adotando-se a escrituração mensal do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR e Livro de Apuração da Contribuição Social – LACS para efeito de redução/suspensão das antecipações mensais obrigatórias do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro.

Até 31 de março de 2022, após a inclusão das adições obrigatórias, bem como das exclusões permitidas sobre o resultado, apurou-se um Lucro Fiscal de R\$ 59.416 mil, gerando um valor recolhido, a título de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 13.885 mil, como pode ser observado no quadro a seguir.

Tabela 12 - Tributos a Recolher/Recuperar - em R\$mil

Descrição	IRPJ		CSLL	
	2022	2021	2022	2021
Lucro Antes do IRPJ/CSLL	59.314	12.432	59.314	12.432
Adições	102	103	102	103
Exclusões	0	0	0	0
Lucro Líquido Ajustado	59.416	12.535	59.416	12.535
Compensação Prejuízo Fiscal	17.824	3.761	17.824	3.761
BC Ajustada	41.591	8.775	41.591	8.775
IRPJ/CSLL Apurado	10.142	2.135	3.743	789
(-) IRRF Retido/CSLL Retido/Antecipações	0	0	0	0
IRPJ/CSLL a Recolher/Recuperar	10.142	2.135	3.743	789

Fonte: Conab.

6.3 Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo:

Até 31 de março de 2022 apresenta o total de R\$1.280.478 mil, (R\$1.268.887 mil, em 31 de dezembro de 2021). No quadro abaixo destacamos os valores registrados nas contas: Créditos a Receber por Alienação de Bens Móveis e Imóveis, Créditos por Acertos Financeiros com Servidores e Ex-Servidores, sendo que esse último é relativo à participação dos empregados, a ser reembolsada à Companhia, referente a utilização do Serviço de Assistência à Saúde – SAS, Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Contratuais, de processos de perdas de produtos, Recursos da União, que são valores a serem amortizados pelo Tesouro Nacional referentes às equalizações de preços relativas às baixas resultantes das operações governamentais e ativos contingentes por força do CPC 25 itens 31 a 35.

Quanto aos Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União, os saldos referem-se a execução dos Termos de Execução Descentralizada – TED, que em contrapartida estão diferidos no passivo, conta Transferências Financeiras a Comprovar, pelos recebimentos dos recursos recebidos dos órgãos concedentes. As baixas serão realizadas pelos órgãos concedentes, na ocasião da comprovação e aprovação das prestações de contas (Vide Nota 9.9).

Tabela 13 - Outros Créditos a Receber e Valores de Curto Prazo - Em R\$ mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2022	Dezembro/2021
Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo	74	0
Créd. a Rec. Decor. de Infraç. Leg. e Contratuais	483	1.048
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	157	278
Créditos a Rec. por Alienação de Bens MÓV./Imóveis	8.250	2.670
Créd. a Rec. por Ac. Fin. c/Serv. e Ex - Sevidores	44.883	44.785

Continua

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2022	Dezembro/2021
Recursos da União	353.537	386.402
Créd. a Receber por Cessão de Créd. pela União	870.123	830.261
Créditos Parcelados	2.971	3.443
Total	1.280.478	1.268.887

Fonte: Conab.

6.4 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo: O saldo de R\$1.357.846 mil, em 31 de março de 2022 (R\$1.302.632 mil, em 31 de dezembro de 2021), está composto pelos valores citados no quadro a seguir:

Tabela 14 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - em R\$ mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2022	Dezembro/2021
Adiantamentos Conc. a Pessoal e a Terceiros	6	6
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	46.549	46.309
Créditos a Rec.por Cessão de Créditos p/ União	1.270.330	1.225.353
Créditos a Rec. por Alienação de Bens Móv./Imóveis	22.836	14.760
Créd. a Rec. por Ac. Fin. c/Serv. e Ex-Sevidores	2.893	2.802
Duplicatas e Títulos em Contencioso	24	25
Créditos Parcelados	15.232	13.395
Títulos a Receber	69	120
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações	0	509
(-) Ajuste de Perdas e Demais Créditos e Valores	(93)	(647)
Total	1.357.846	1.302.632

Fonte: Conab.

Os depósitos restituíveis e valores vinculados, referem-se a depósitos/cauções, depósitos judiciais efetuados, depósitos para interposição de recursos e valores apreendidos por decisão judicial, decorrentes de ações judiciais trabalhistas e cíveis.

Os Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União, no total de R\$1.270.330 mil, em 31 de março de 2022 (R\$1.225.353 mil, em 31 de dezembro de 2021), referem-se aos registros dos créditos a receber do Tesouro Nacional, para honrar os pagamentos ao Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, referente à dívida do contrato de saldamento e pagamentos das sentenças judiciais, conforme composição a seguir:

Tabela 15 - Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União - em R\$ mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2022	Dezembro/2021
Contrato com o Inst. Conab de Seg. Social - Cibrius	936.329	901.863
Provisão p/Pagamento de Sentenças Trabalhistas	258.769	255.499
Provisão p/Pagamento de Sentenças Cíveis/Fiscal	75.232	67.991
Total	1.270.330	1.225.353

Fonte: Conab.

O total de R\$936.329 mil, em 31 de março de 2022 (R\$901.863 mil em 31 de dezembro de 2021), refere-se ao saldo remanescente do principal e atualizações financeiras das parcelas vincendas do Contrato de Saldamento e do Contrato de Confissão de Dívida firmado entre a patrocinadora e o Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, dividido em 228 parcelas, relativo aos Planos de Benefícios, em face do déficit atuarial apurado no processo de saldamento do Plano de

Benefícios Conab. O referido saldamento foi devidamente autorizado pelos órgãos competentes (Secretaria do Tesouro Nacional - STN, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA), que mensalmente repassa os recursos financeiros para pagamento da parcela vincenda no corrente mês.

O contrato original, assinado em 22.03.2016, foi substituído, em novembro de 2019, pelo Termo de Adimplemento firmado entre o Cibrius e a Conab, após a autorização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, aprovação da Consultoria-Geral da União - CGU e homologação do Termo de Conciliação por parte da Advocacia-Geral da União - AGU, conforme explicitado na Nota 21.1.

Nota 7. Estoques

O total de R\$364.820 mil, até 31 de março de 2022 (R\$230.872 mil, em 31 de dezembro de 2021), corresponde aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, Produtos da Agricultura Familiar - PAA, adquiridos via Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF, Compra com Doação Simultânea - CDS e CPR Estoque e apresentam a seguinte composição:

Tabela 16 - Estoques - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2022	Dezembro/2021
Estoques de Mercadorias para Revenda	262.499	113.815
Materiais em Trânsito	575	331
Almoxarifado, Estoques para Distribuição e Outros	1.723	1.436
Compra Antecipada - Entrega Futura	100.018	115.284
Estoques para Doação e/ou Permuta	5	6
Total	364.820	230.872

Fonte: Conab.

O total de R\$262.499 mil, até 31 de março de 2022 (R\$113.815 mil, em 31 de dezembro de 2021), representa o total de mercadorias estocadas para formação dos estoques públicos, com o objetivo de garantir a regularidade do abastecimento nacional.

Essa atividade é amparada e mantida com recursos repassados pelo Tesouro Nacional, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, para aquisição de produtos agrícolas, destinados à formação do estoque regulador, que regulamenta as operações de vendas de produtos e o retorno dos recursos recebidos, aos cofres do Tesouro Nacional e prevê a equalização de preços, na ocorrência de desequilíbrio das contas da Conab, em caso de prejuízo, tornando nulo o resultado das atividades governamentais. Isso ocorre, quando a diferença entre a receita de venda e o custo de aquisição, manutenção e despesas com a operacionalização, incluindo também, as despesas que não puderem ser agregadas aos correspondentes estoques, antes de seu encerramento e baixa de processos de perdas de produtos, judicializados, que resultar em déficit.

A Equalização de Preços é autorizada pelo Tesouro Nacional, a ser amortizada por lançamento contábil, na conta de operações especiais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do referido déficit.

Os recursos financeiros obtidos na venda e recebimentos de indenizações de perdas dos estoques públicos são integralmente repassados ao Tesouro Nacional.

Os desembolsos amparados pela Portaria Interministerial MF/MAPA 38/2004, estão devidamente identificados e contabilizados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal.

O total de R\$100.018 mil, até 31 de março de 2022 (R\$115.284

mil, em 31 de dezembro de 2021), representa o saldo a receber dos valores concedidos às associações e cooperativas, nos exercícios anteriores e até março de 2022, nas modalidades Compra Antecipada da Agricultura Familiar - CAAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR Estoque e Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, que serão quitados em espécie e, eventualmente, em produtos. Relativamente às cédulas adquiridas na modalidade "Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar", instituída a partir de maio de 2013, a liquidação somente se dará de forma financeira, cujos valores estão provisionados no passivo circulante, na conta: Entidades Credoras (Vide Nota 9.6).

Nota 8. Despesas Antecipadas

O total de R\$1.926 mil, em 31 de março de 2022 (R\$4 mil, em 31 de dezembro de 2021), representa o saldo de despesas pagas antecipadamente, relativas a assinaturas de periódicos e serviços de transmissão de arquivo eletrônico à Secretaria de Estado da Fazenda.

Nota 9. Endividamento

Em 31 de março de 2022, as obrigações do circulante, totalizaram o montante de R\$2.045.169 mil (R\$1.885.637 mil, em 31 de dezembro de 2021), com a seguinte composição:

9.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar: O total de R\$106.247 mil, em 31 de março de 2022 (R\$109.791 mil, em 31 de dezembro de 2021), refere-se aos valores apropriados relativos a salários, remunerações e benefícios previdenciários a pagar, encargos sociais a pagar e apropriações mensais por competência, para pagamento de férias e respectivos encargos sociais.

9.2 Operações Especiais: O total de R\$628.353 mil, em 31 de março de 2022 (R\$564.800 mil, em 31 de dezembro de 2021), refere-se aos registros dos diferimentos das receitas relativas aos repasses de recursos efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos, vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04, os quais serão retornados ao Tesouro Nacional pela realização dos estoques e recebimentos de créditos, em atendimento a cronograma estabelecido pelo próprio Tesouro Nacional.

9.3 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto e Longo Prazo: O total de R\$26.997 mil, em 31 de março de 2022 (R\$44.563 mil, em 31 de dezembro de 2021), refere-se a liquidação de despesas com fornecedores, relativas a aquisições, manutenção dos estoques públicos e outros, incluindo as aquisições de produtos da Agricultura Familiar, que serão pagos com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional.

9.3.1 Fornecedores - Curto Prazo

Tabela 17 - Fornecedores - Curto Prazo - em R\$ mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2022	Dezembro/2021
Fornecedores Nacionais	1.379	8.638
Contas a Pagar Credores Nacionais	25.557	35.793
Subtotal	26.936	44.431

Fonte: Conab.

9.3.2 Fornecedores - Longo Prazo

Tabela 18 - Fornecedores - Longo Prazo - em R\$ mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2022	Dezembro/2021
Contas a Pagar Credores Nacionais	62	61
Subtotal	62	61
Total do Curto e Longo Prazo	26.997	44.563

Fonte: Conab.

9.4 Obrigações Fiscais a Curto Prazo: O total de R\$2.273

mil, em 31 de março de 2022 (R\$1.803 mil, em 31 de dezembro de 2021, refere-se às obrigações fiscais com a União, Estados e Municípios, com vencimentos no mês seguinte, demonstradas a seguir:

Tabela 19 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo - em R\$ mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2022	Dezembro/2021
II a Recolher	7	0
COFINS a Recolher	1.332	1.445
PIS/PASEP a Recolher	289	345
ICMS a Recolher	23	3
ISS a Recolher	7	6
Recursos Fiscais	4	4
IPVA a Recolher	34	0
Taxas	24	0
IPTU/TLP a Recolher	553	0
Total	2.273	1.803

Fonte: Conab.

9.5 Adiantamentos de Clientes: O total de R\$527 mil, em 31 de março de 2022 (R\$529 em 31 de dezembro de 2021) refere-se aos valores recebidos antecipadamente de clientes, relativos às vendas de produtos para entrega futura.

9.6 Entidades Credoras: O total de R\$125.449 mil, em 31 de março de 2022 (R\$124.833 mil, em 31 de dezembro de 2021), registrado em Entidades Credoras, contempla o diferimento dos repasses de recursos, efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisições de Cédula do Produtor Rural – CPR – Alimento, Compra Antecipada – Entrega Futura e outros.

9.7 Outras Obrigações: O total de R\$34.074 mil, em 31 de março de 2022 (R\$39.086 mil, em 31 de dezembro de 2021), refere-se a obrigações com consignações, impostos e contribuições a recolher, depósitos e cauções e outras, demonstradas no quadro a seguir:

Tabela 20 – Outras Obrigações - em R\$ mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2022	Dezembro/2021
Consignações	14.844	13.088
Depósitos e Cauções Recebidos	7.776	14.836
Indenizações, Restituições e Compensações	9.654	10.502
Diárias a Pagar	54	15
Entidades Credoras – Estados, D.F. e Municípios	1.736	1.736
Valores em Trânsito Exigíveis	10	127
Passivos em Liquidação a Classificar	0	(1.218)
Total	34.074	39.086

Fonte: Conab.

9.8 Entidades Privadas: O total de R\$64.672 mil, em 31 de março de 2022 (R\$86.434 em 31 de dezembro de 2021) refere-se ao valor das parcelas vincendas em 2022, do Termo de Adimplemento firmado entre a Conab e o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, consoante descrito na Nota 21.1.

9.9 Transferências Financeiras a Comprovar – TED: O total de R\$1.056.638 mil, em 31 de março de 2022 (R\$913.930 mil em 31 de dezembro de 2021), refere-se aos diferimentos dos recursos recebidos do Tesouro Nacional relativos aos Termos de Execução descentralizada – TED, para pagamento de subvenções, aquisição de produtos e CPR Alimento da Agricultura Familiar (PAB) e Outros, em andamento, que serão baixados pelos concedentes, após a aprovação das prestações de contas, conforme quadro a seguir:

Tabela 21 – Transferências Financeiras a Comprovar - TED - em R\$ mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2022	Dezembro/2021
Transferências Financeiras a Comprovar - TED	1.056.638	913.930
Total	1.056.638	913.930

Fonte: Conab.

Nota 10. Provisões a longo prazo

O total de R\$333.467 mil, até 31 de março de 2022 (R\$324.989 mil, em 31 de dezembro/2021), representa os valores reconhecidos como prováveis desembolsos de recursos futuros com sentenças trabalhistas, tributárias e cíveis, em conformidade com o CPC 25, conforme quadro a seguir:

Tabela 22 – Provisões a longo prazo – em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2022	Dezembro/2021
Provisão para Indenizações Trabalhistas	260.070	258.833
Provisão para Riscos Fiscais	30.137	31.874
Provisão para Indenizações Cíveis	43.260	34.282
Total	333.467	324.989

Fonte: Conab.

10.1 Provisões para Indenizações de débitos trabalhistas: decorrentes de ações trabalhistas movidas por empregados e ex-empregados, requerendo promoções por antiguidade e merecimento, incorporações de função gratificadas e outras.

10.2 Provisões para Indenizações Tributárias: referente a débitos fiscais de ICMS da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM. e outras.

10.3 Provisões para Indenizações de débitos Cíveis: referentes a ações cíveis, que tem como objeto requerer indenizações de perdas de produtos e outras.

Nota 11. Demais obrigações a longo prazo

O total de R\$939.014 mil, em 31 de março de 2022 (R\$904.548 mil, em 31 de dezembro de 2021), está composto pelas rubricas “Precatórios de Terceiros”, “Depósitos e Cauções Recebidos” e “Entidades Privadas de Previdência”. Este último refere-se ao Termo de Adimplemento firmado entre a Conab e o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, consoante descrito na Nota 21.1.

Tabela 23 – Demais obrigações a longo prazo – em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2022	Dezembro/2021
Precatórios de Terceiros	2.033	2.033
Depósitos e Cauções Recebidos	652	652
Entidades Privadas de Previdência	936.329	901.863
Total	939.014	904.548

Fonte: Conab.

Nota 12. Patrimônio líquido

12.1 Capital Social: O Capital Social da Conab é de R\$302.801 mil, dividido em 1.859.907 ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

12.2 Resultado Líquido do Exercício: No primeiro trimestre de 2022, a Companhia apurou lucro de R\$59.314 mil (lucro de R\$12.432 mil, no primeiro trimestre de 2021). Estes representam os Resultados das atividades próprias da Companhia, sendo composto pelo resultado líquido das Receitas de Prestação de Serviços, Resultado da Alienação de Bens, Receitas Operacionais Diversas, Subvenções recebidas do Tesouro Nacional (Pessoal/Custeio), menos as Despesas Operacionais (Pessoal e Despesas Comerciais Administrativas). As operações das

atividades governamentais são contabilizadas em Unidades Gestoras e subórgãos próprios e não geram resultado.:

Tabela 24 – Resultado Líquido do Exercício - em R\$ mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2022	Até março/2021
Resultado Líquido do Exercício	59.314	12.432
Total	59.314	12.432

Fonte: Conab.

Nota 13. Demonstração dos Fluxos de Caixa -DFC

De acordo com a Lei 11.638/2007 e 2016NBCTG03(R3), a Conab apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, pelo método indireto.

13.1 Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: Até 31 de março de 2022, o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, apresenta o saldo de R\$58.834 mil (R\$56.756 mil, até 31 de março de 2021) e referem-se aos resultados das variações apresentadas no 1º trimestre de 2022 - 2021, das principais atividades da Conab.

13.2 Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos: Até 31 de março de 2022, o fluxo de caixa das atividades de investimentos, apresenta o saldo de R\$1.157 mil (R\$1.728 mil, até 31 de março de 2021) e representam aplicações no imobilizado e intangível e vendas de bens do ativo permanente.

13.3 Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento: Até 31 de março de 2022 e mesmo período de 2021, não houve registros nesse grupo.

13.4 Variação nas Disponibilidades: O valor de R\$59.991 mil, até 31 de março de 2022 (R\$58.484 mil, até 31 de março de 2021), referem-se às variações das aplicações financeiras de curto prazo, em fundos extramercado, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos e a disponibilidade da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, representada por recursos próprios da Conab, recursos para pagamento de pessoal, consignações e recursos para execução de Termos de Execução Descentralizada –TED, destinados à aquisição de produtos para o Programa Alimenta Brasil - PAB e formação dos estoques públicos.

Nota 14. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

14.1 Receita Operacional Líquida: As receitas de vendas e serviços são oriundas das vendas dos Estoques Estratégicos, Reguladores e Receita de Armazenagem/Aluguéis. Os totais nos 1º trimestres de 2022 e 2021, foram de R\$28.595 mil e R\$48.856 mil, respectivamente.

Os Estoques Estratégicos são formados por produtos comprados de produtores que adquiriram o contrato de opções junto à Conab, que fizeram a opção de venda de seus produtos em conformidade com o referido contrato. As vendas desses estoques são destinadas ao Programa Venda em Balcão, com o objetivo de viabilizar os acessos de pequenos criadores e micro-agroindústrias.

Os Estoques Reguladores são formados por produtos adquiridos dos produtores rurais, Cooperativas e Associações, através da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM com o objetivo de garantir renda mínima aos produtores rurais, assegurar a regularidade do abastecimento nacional e o controle de preços. Em geral as vendas desses estoques são realizadas por meio de leilões.

A receita da prestação de serviços de armazenagem é oriunda da guarda e conservação de produtos agrícolas de terceiros, recebidos e mantidos nos armazéns, de acordo com padrões e normas estabelecidos pela Companhia.

Tabela 25 – Receita de Vendas e Serviços - em R\$mil

Descrição	1º Trimestre	
	Até março/2022	Até março/2021
Vendas Estoques Estratégicos	12.683	42.567

Continua

Vendas Estoques Reguladores – PGPM	7.189	41
Serviços de Armazenagem e Outros	10.286	6.788
(-)/Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	(1.563)	(540)
Total	28.595	48.856

Fonte: Conab.

Quanto às Deduções das Receitas de Venda e Serviços, elas estão representadas pelos impostos legais ICMS, COFINS, PASEP e ISS, Descontos Incondicionais e Descontos Financeiros Concedidos, incidentes sobre as vendas de produtos e serviço de armazenagem. Os totais no 1º trimestre de 2022 e 2021, foram de R\$1.563 e R\$540 mil, respectivamente, conforme segue:

Tabela 26 – Deduções das Receitas de Vendas e Serviços - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2022	Até março/2021
ICMS	710	41
ISS	116	50
PIS/PASEP	131	49
COFINS	605	226
Descontos Incondicionais	0	173
Desconto Financeiro Concedido	0	1
Total	1.563	540

Fonte: Conab.

14.2 Custo das Mercadorias Vendidas: Representa as baixas dos valores dos estoques, relativos às mercadorias vendidas, conforme segue:

Tabela 27 – Custo das Mercadorias Vendidas - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2022	Até março/2021
CMV Estoques Reguladores - PGPM/MO	44.852	56.019
Total	44.852	56.019

Fonte: Conab.

14.3 Equalização de Preços: No 1º trimestre/2022, o total da Equalização de Preços das vendas, alcançou o montante de R\$25.690 mil, proveniente em sua maioria das vendas do milho, das operações Mercado de Opções e da Política de Garantia dos Preços Mínimos – PGPM. No mesmo período do ano de 2021, o valor da Equalização totalizou R\$13.448 mil. A variação foi decorrente do aumento das vendas no primeiro trimestre de 2022.

14.4 Lucro Bruto: No 1º trimestre de 2022, o Lucro Bruto, apresentou o saldo de R\$9.433 mil (R\$6.285 mil, no 1º trimestre/2021), representado pelo resultado das Receitas de Vendas de Produtos, Receitas de Serviços, menos as Deduções de Receitas de Vendas e Serviços, Custo de Mercadorias Vendidas – CMV, mais a Equalização de Preços (Vide Nota 7).

Tabela 28 – Lucro Bruto - em R\$mil

Descrição	1º Trimestre	
	Até março/2022	Até março/2021
Receita de Vendas de Mercadorias e Serviços	30.158	49.396
(-)/Deduções das Rec. de Vendas e Serviços	(1.563)	(540)
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(19.162)	(42.571)
Lucro Bruto	9.433	6.285

Fonte: Conab.

14.5 Despesas Operacionais: O total de R\$290.814 mil, até 31 de março de 2022 (R\$286.220 mil até 31 de março de 2021) compreendem as despesas com pessoal e comerciais e administrativas, necessárias à manutenção da atividade da Companhia, conforme composição a seguir:

Tabela 29 – Despesas de Pessoal - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2022	Até Março/2021
Remuneração a Pessoal	109.140	123.156
Sentenças Judiciais	16.849	6.391
Obrigações Patronais	47.234	43.408
Contribuições a Ent. Fechadas de Previdência	26.834	24.882
Benefícios a Pessoal	10.862	11.673
Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil	43.941	28.682
Total das Despesas de Pessoal	254.860	238.192

Fonte: Conab.

Tabela 30 – Despesas Comerciais e Administrativas - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2022	Até Março/2021
Consumo de Materiais	3.125	752
Diárias	387	413
Serviços Técnicos Profissionais - P. Física	267	337
Serviços Técnicos Profissionais – P. Jurídica	27.739	24.986
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.510	5.175
Outras Despesas Operacionais	926	16.367
Total das Desp. Comerc. e Administrativas	35.954	48.028

Fonte: Conab.

14.6 Receitas Operacionais Diversas: O total de R\$22.685 mil, até 31 de março de 2022 (R\$28.510 mil, até 31 de março de 2021), representa os recebimentos de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receitas de valores mobiliários e receitas diversas.

Tabela 31 – Receitas Operacionais Diversas - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2022	Até Março/2021
Multas e Juros de Mora	461	225
Indenizações e Restituições	1.593	1.136
Receitas de Valores Mobiliários	2	63
Receitas Diversas	20.629	27.086
Total	22.685	28.510

Fonte: Conab.

14.7 Outros Resultados: O total de R\$13.813 mil, até 31 de março de 2022, representa o valor recebido na alienação de bens imóveis no Estado do Mato Grosso do Sul e baixa de bens móveis e imóveis cedidos à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sureg/RO). Quanto à desincorporação no valor de R\$1.118 mil, até 31 de março de 2021, refere-se ao ganho obtido no resgate de Notas do Tesouro Nacional – NTN -P. sob a guarda do Banco do Brasil S/A.

Tabela 32 – Outros Resultados - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2022	Até Março/2021
Alienação de Bens Imóveis	15.636	0
Desincorporação de Ativos	(1.823)	1.118
Total	13.813	1.118

Fonte: Conab.

14.8 Resultado Financeiro: O total de R\$901 mil, em 31 de março de 2022 (R\$417 mil, em 31 de março de 2021), representa as despesas com juros pagos e receitas de juros e encargos de mora sobre fornecimento de bens e serviços, remuneração de aplicações financeiras e atualização monetária, conforme segue:

Tabela 33 – Resultado Financeiro - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2022	Até Março/2021
Despesas Financeiras	0	(2)
Receitas Financeiras	901	419
Total	901	417

Fonte: Conab.

14.9 Subvenções do Tesouro Nacional: O total de R\$303.296 mil, até 31 de março de 2022, (R\$262.322 mil, até 31 de março de 2021), representa as transferências efetuadas pelo Tesouro Nacional, para cobrir gastos com custeio/pessoal, conforme segue:

Tabela 34 – Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2022	Até Março/2021
Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal	303.296	262.322
Total	303.296	262.322

Fonte: Conab.

Nota 15. Demonstração do valor adicionado – DVA

Essa demonstração foi elaborada de acordo com a 2008NBC-TG09, e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. A primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, demonstrada nos seguintes itens:

a) Receitas – receita bruta das vendas de mercadorias, produtos e serviços incluindo os tributos incidentes sobre elas e outros resultados.

b) Insumos Adquiridos de Terceiros - custos das mercadorias e serviços vendidos, incluindo os tributos incidentes sobre as aquisições de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, depreciação e amortização.

A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza, com gastos de pessoal e encargos, impostos, taxas e contribuições, juros, aluguéis e lucros retidos/prejuízo do exercício.

Nota 16. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico NBC TG 26 (R5) e demonstra as ocorrências até o primeiro trimestre de 2022, bem como as modificações até 31 de março de 2021, nas contas que compõem o grupo do Patrimônio Líquido (Vide Nota 12.2).

Nota 17. Demonstração do Resultado Abrangente - DRA

A Demonstração do Resultado Abrangente – DRA, foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico NBC TG 26 (R5) e nos 1º trimestres de 2022 e 2021 não apresentou registros que se enquadrem como Outros Componentes do Resultado Abrangente.

Nota 18. Diversos responsáveis em apuração

Encontram-se registrados no grupo de contas “Outros Controles”, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos a multas previstas em contratos, perdas/desvios em armazenagem, de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa) e referem-se a perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão, na maioria, nos estados de Mato Grosso, Piauí, Maranhão e São Paulo e também, os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade, dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, ocorridas com maior relevância no Estado de Goiás, perda em armazenagem de café, no estado de Minas Gerais e Outras. Até 31 de março de 2022 (31 de março de 2021), a conta

7.9.7.3.1.00.00 – Diversos Responsáveis em Apuração, apresenta os saldos a seguir:

Tabela 35 – Diversos responsáveis em apuração - em R\$ mil

Exercício	Saldo
Até 31/03/2022	52.260
Até 31/03/2021	53.431

Fonte: Conab.

Nota 19. Ativos Contingentes

Os Créditos a Receber Pendentes de Decisão Judicial, no montante de R\$498.851 mil, em 31 de março de 2022 (R\$487.710 mil, em 31 de dezembro 2021), conforme quadro a seguir, foram classificados pelas áreas jurídicas da Companhia como ativos contingentes, os quais foram baixados da conta de ativo “Créditos a Receber Pendentes de Decisão Judicial”, em cumprimento ao CPC 25, itens 31 a 35; e, registrados em contas de controle, para acompanhamento, os quais serão avaliados periodicamente, conforme o item 35 do referido CPC, e aqueles processos judiciais que nos seus desenvolvimentos alcançarem a condição de recebimento “praticamente certa”, com expectativa de entrada de benefício econômico, o ativo e os correspondentes ganhos serão reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrerem as mudanças de estimativas. Os casos de benefícios econômicos que se tornarem prováveis, a Conab divulgará na data do balanço o Ativo Contingente, conforme item 89 do CPC 25.

Os valores relativos às Operações Governamentais, além de cumprir os critérios estabelecidos no CPC 25 itens 31 a 35, também são regulados pela Portaria Interministerial MAPA/MF nº 38/2004, art. 4º alínea c, por essa razão eles estão registrados a receber do Tesouro Nacional, na conta Recursos da União, aguardando as decisões judiciais e caso ocorra desfecho desfavorável os valores das perdas dos processos judiciais poderão ser submetidos à autorização da equalização de preços ao Tesouro Nacional e os processos em que ocorrerem os desfechos favoráveis seguirão os procedimentos estabelecidos na portaria em comento.

Tabela 36 – Ativos Contingentes - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2022	Dezembro/2021
Estoques Estratégicos	17.275	17.275
Atividade Própria	150.101	149.149
Operações Governamentais	309.625	299.565
Unidades PAA	21.850	21.721
Total	498.851	487.710

Fonte: Conab.

Nota 20. Contingências passivas

20.1 Contingências Passivas Possível: São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidades de desembolsos do que as Provisões Passivas. Estão sendo divulgadas nesta nota conforme CPC 25, normatizado pela Resolução CFC 1.180/2009 e são compostas das ações a seguir, conforme quadro abaixo.

a) Cíveis: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens.

b) Tributárias: São representadas pelos processos judiciais referentes a autos de infração do INSS, de ICMS e outros.

c) Trabalhistas: São ações judiciais movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, constituídas na maioria, por ações oriundas de anistia administrativa (Lei nº 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, indenizações por danos morais e materiais, desvios de função e outros.

Tabela 37 – Contingências Passivas Possíveis - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	Até Março/2022	Dezembro/2021
Cível	37.264	56.883
Tributárias	24.369	11.491
Trabalhista	52.715	61.920
Total	114.348	130.294

Fonte: Conab.

Nota 21. Benefícios Concedidos aos Empregados

21.1 Plano de Previdência Complementar: O Cibrius é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, fundada em 13/03/1979, consoante Portaria n.º 1.383/MPAS, de 08/03/1978, com autonomia administrativa e financeira, sem fins lucrativos, regulada pelas Leis Complementares n.ºs 108/2001 e 209/2001 e demais normas aplicáveis às Entidades dessa natureza. Constituída sob a forma de sociedade civil pela sua patrocinadora instituidora Companhia Brasileira de Armazenamento - Cibrazem, sucedida pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. Figura, ainda, como patrocinador o próprio Cibrius.

O Instituto tem o objetivo precípuo de administrar planos de natureza previdenciária, os quais concedem a suplementação de benefícios previdenciais aos empregados, ativos e assistidos, da patrocinadora Conab e do próprio Cibrius na forma do regulamento dos mencionados planos de benefícios, devidamente registrados no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios das EFPC (CNPB).

A Conab contratou a Empresa Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, nome de fantasia Vesting Consultoria Financeira e Atuarial para validar e calcular as insuficiências atuariais dos planos de benefícios, conforme recomenda o CPC 33 (R1), que após avaliação e análise concluiu que atualização dos valores (correção monetária mais juros) está contemplada no Termo de Adimplemento firmado entre as partes, ratifica-se que o valor contratado da dívida foi apurado mediante cálculos atuariais oriundos da aplicação de bases técnicas consistentes e tecnicamente fundamentadas, auditadas por consultoria externa e que os valores e parâmetros que compõem a planilha de acompanhamento foram recalculados e na conclusão do seu relatório – Parecer Atuarial, acerca do cálculo da dívida da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), patrocinadora do Plano de Benefícios da Conab, junto ao Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, atesta a sua pertinência e que a planilha de controle da dívida se encontra corretamente parametrizada, os valores ali incluídos, em particular os percentuais de variação mensal do INPC, estão corretamente reproduzidos, as parcelas mensais atualizadas e o saldo devedor estão, corretamente apurados, de forma que a dívida contratada está sendo, até o momento, efetivamente e adequadamente refletida na mencionada planilha de controle sendo também supervisionada pela Auditoria - Geral da Conab, por meio de Nota Técnica Nº 3, de 29/4/2020, que registra sua aprovação quanto “à regularidade dos cálculos apresentados, tendo por base o valor apresentado no Termo de Adimplemento assinado pelas duas entidades”.

A empresa de Consultoria Atuarial contratada, para validar o cálculo da dívida e, também, calcular das provisões atuariais dos três Planos, de acordo com a deliberação CVM nº 695/12 e Pronunciamento CPC 33 (R1), concluiu no item Considerações Finais, no Relatório Técnico emitido para cada plano de previdência, na posição de 31/12/2019, que procedeu o cálculo e a avaliação atuarial dos Planos de Benefício Conab Prev., Plano de Benefício Conab Saldado e Plano de Benefício Conab, que o montante do passivo registrado na contabilidade da patrocinadora é suficiente para honrar os compromissos junto ao Instituto de Seguridade Social – Cibrius, não restando, por conseguinte, necessidade de provisão nas demonstrações contábeis da Conab, em conformidade ao CPC 33 (R1), não trazendo, nenhum impacto financeiro ao resultado econômico da Conab.

A propósito, cumpre registrar que o Cibrius administra três planos de benefícios: Plano Conab, código CNPB nº 19.790.007-19; Plano Conab Saldado, código CNPB nº 2015001492 e Plano ConabPrev, código CNPB nº 2015001311.

Os Planos Conab e Conab Saldado, constituídos na modalidade de benefício definido (BD) estão fechados para novas adesões. Somente o Plano ConabPrev, de contribuição definida (CD), está aberto

para novos entrantes. Os citados Planos recebem contribuições normais mensais das patrocinadoras e dos participantes de forma paritária, obedecendo a legislação pertinente.

Para melhor entendimento da questão na linha do tempo, cumpre destacar que, em dezembro de 2015, após as autorizações dos órgãos competentes (Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA), foi implementado o processo de saldamento do Plano de Benefícios Conab (plano de origem), criando o Plano Conab Saldado e o Plano ConabPrev. Observe-se que o Plano Conab ainda está ativo, visto que remanesce pequeno número de participantes que não migraram para os dois outros planos.

O mencionado processo de saldamento apurou insuficiência atuarial do antigo Plano Conab, cabendo à Conab, na condição de patrocinadora, a importância de R\$ 691.556.mil, assim distribuídos: R\$ 426.309 mil decorrentes dos reflexos das disposições contidas na Lei 8.020/1990 e R\$ 265.217 mil, referente à paridade contributiva contida no § 1.º do art. 6.º da Lei Complementar 108/2001. Coube aos participantes a importância de R\$ 265.217 mil, a qual foi paga integralmente (deduzida das reservas técnicas de cada participante) por ocasião da migração para os novos planos.

Para dar início ao pagamento do aludido déficit, a Conab e o Cibrius formalizaram, em 22.03.2016, Contrato de Confissão e Parcelamento de Dívida Relativo aos Planos de Benefícios, o qual previa o pagamento da dívida em 228 parcelas consecutivas com vencimento da 1.ª em 60 dias após a assinatura. Contudo, a validade do contrato foi questionada pelo MAPA e pela Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF, sob a alegação de descumprimento do § 4.º do art. 1.º da Lei nº 9.469/97.

Iniciou-se, a partir daí, as tratativas entre os órgãos competentes para assinatura de contrato substitutivo, sendo que tais tratativas estavam em curso na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União – CCAF/AGU.

No dia 28/08/2019, a Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento assinou Despacho Decisório autorizando a Conab a celebrar o acordo com o Cibrius para adimplemento da dívida apurada em avaliação atuarial nos termos do instrumento apresentado pela CCAF/AGU.

Em novembro/2019, foi concluído o processo de conciliação instaurado na CCAF/AGU com a autorização do MAPA, aprovação da Consultoria-Geral da União - CGU e homologação do Termo de Conciliação por parte da Advocacia-Geral da União - AGU, propiciando razoável segurança jurídica quanto aos aspectos formais dos instrumentos contratuais firmados entre Conab e Cibrius, Termo de Adimplemento, que substituiu o contrato original, em que a Conab, na condição de patrocinadora, se compromete a pagar o valor acordado de R\$ 990.626 mil (montante inicial atualizado até novembro/2019 pela aplicação do INPC/IBGE e de taxa de juros de 5% a.a.), com um aporte inicial de R\$ 80.311, mil em dezembro/2019 e o saldo remanescente em 228 (duzentas e vinte e oito) parcelas mensais a partir de janeiro/2020, tendo sido mantidas as demais cláusulas do contrato anterior.

No transcorrer das tratativas para a contratação das insuficiências atuariais do serviço passado, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, em face do posicionamento do Mapa, sugeriu que, se fosse o caso, a contratação de auditoria atuarial para validação dos cálculos dos débitos de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes. Em face das restrições orçamentárias e o tempo exigido para o processo licitatório no contexto da Lei 8.666/93, a Conab solicitou ao Cibrius a realização do processo de contratação, na condição de que a Auditoria interna da Conab fizesse o acompanhamento, pari passu, de todas as etapas do contrato, que resultou na emissão da Nota Técnica Audin Nº 05/2017 (corroborando com a posição da auditoria atuarial que atestou a correção do cálculo elaborado anteriormente). A Nota Técnica da Auditoria foi encaminhada à Diretoria de Cálculos e Perícias – DPC da Advocacia-Geral da União – AGU, por meio do Ofício Presi/Conab Nº 126, de 20/03/2017.

Em 07/02/2022, a Conab assinou contrato com a empresa Assistats Assessoria e Participações Ltda, para prestação de serviços de

consultoria atuarial para os exercícios de 2021 a 2025, acerca dos planos de previdência patrocinados pela Conab junto ao Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius. Os serviços devem abranger a elaboração de relatórios atuariais, conforme discriminados abaixo:

a) Efetuar, anualmente, os cálculos atuariais dos benefícios patrocinados pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, na forma da Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012 e do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis;

b) Elaborar relatórios atuariais semestrais referente à Resolução CGPAR nº 09/2016, exigidas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e Administração de Participações Societárias da União – CGPAR e das normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;

c) Elaborar relatórios atuariais anuais referente à Resolução CGPAR nº 25/2018, exigidas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e Administração de Participações Societárias da União – CGPAR e das normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

21.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS: Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e pelo Tesouro Nacional, com participação financeira do empregado, no percentual de cinquenta por cento, do total do gasto consigo e seus dependentes típicos e atípicos, mediante desconto em folha de pagamento.

Nos casos em que a participação financeira do usuário ultrapassar o limite de dez por cento de sua margem consignável, o desconto em folha limitar-se-á a esse valor e o saldo remanescente descontado nos meses subsequentes, até a liquidação do total do débito, conforme cláusula nona, inciso III, item 5 da norma citada.

Nota 22. Remuneração dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, no 1º trimestre de 2022 e em dezembro de 2021, as remunerações dos dirigentes e empregados, foram as seguintes:

Tabela 38 – Remunerações - em R\$

Remunerações	Até o 1º Trimestre	
	Março/2022	Dezembro/2021
Maior Remuneração Dirigente	31.591,09	32.984,86
Menor Remuneração Dirigente	31.591,09	32.984,86
Maior Remuneração Empregado	39.293,32	39.293,32
Menor Remuneração Empregado	1.213,20	2.202,07

Fonte: Conab.

Tabela 39 – Salário Médios - em R\$

Salários Médios	Até o 1º Trimestre	
	Março/2022	Dezembro/2021
Dirigentes	31.591,09	32.984,86
Empregados	9.875,68	6.169,91

Fonte: Conab.

Nota 23. Repasses e Termos de Execução Descentralizada – TED

Relativamente às transferências financeiras, no período de janeiro a março/2022, foram recebidos os totais de R\$41.312 mil, para execução no exercício corrente e R\$223.479 mil, para pagamento de Restos a Pagar, conforme segue:

Para atender o Programa para Formação de Estoques da PGPM

e Mercados de Opções, foi recebido da Coordenadoria Geral de Orçamento e Finanças - Mapa, o total de R\$28.000 mil, para execução no exercício corrente e R\$82.500 mil para pagamento de Restos a Pagar.

Para a comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM), no âmbito da Agricultura Familiar, foi recebido da Secretaria de Política Agrícola – SPA/Mapa, o total de R\$3.000 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Do Ministério da Cidadania, foi recebido o total de R\$13.312 mil para execução no exercício corrente e R\$125.308 mil, para pagamento de Restos a Pagar, nas aquisições e disponibilização de alimentos a famílias indígenas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Para aquisição da produção de agricultores familiares e doação de alimentos a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, foi recebido do Ministério da Cidadania – Segurança Alimentar e Nutricional – SE, o valor de R\$11.897 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Foi também recebido do Ministério da Cidadania – Segurança Alimentar e Nutricional – SEISP, o valor de R\$774 mil, para pagamento de Resto a Pagar, na operacionalização da ação de distribuição de alimentos a grupos populacionais tradicionais e específicos (ADA).

Nota 24. Outros Assuntos

24.1 Reflexos da Pandemia - Covid-19 nas operações da Companhia

Desde a chegada da pandemia do Covid-19 ao país, no início de 2020, a Conab, relevante parceira na execução de políticas sociais que beneficiam parte da sociedade, vem recebendo inúmeras demandas para atendimento a diversos grupos vulneráveis.

Ao longo do 1º trimestre de 2022, a Companhia seguiu adotando estratégias para proteção de seu corpo funcional, no contexto da pandemia. Manteve-se, assim, a possibilidade de realização de trabalho remoto, e priorizou-se os contatos por videoconferência, evitando-se aglomerações.

A exemplo do que já vinha ocorrendo nos anos anteriores, os reflexos da pandemia não inviabilizaram a continuidade de parcerias institucionais com órgãos da Administração Federal Direta, a exemplo do TED nº 08/2021, firmado em 09/12/2021 junto ao Ministério da Cidadania. No âmbito do referido instrumento, foram doadas, no 1º trimestre de 2022, 248.062 cestas, correspondentes a, aproximadamente, 5.460 toneladas de produtos. Foram beneficiadas 233.117 comunidades indígenas do país.

Quanto ao Programa de Venda em Balcão - ProVB, as equipes técnicas responsáveis, seja na matriz, seja nas Regionais, seguiram, no 1º trimestre de 2022, evidenciando todos os esforços necessários para evitar o desabastecimento de milho em grãos nas Unidades Armazenadoras da Conab. Como resultado, foram atendidos 2.802 clientes, em 7.451 atendimentos, tendo sido comercializadas cerca de 10.428 toneladas de milho em grãos.

Outrossim, o milho adquirido no ano de 2021 já está direcionado para as respectivas unidades de venda, e a Conab encontra-se no aguardo da autorização do MAPA para a compra do produto necessário para a operacionalização do ProVB até o final do ano.

Em relação às ações de apoio à agricultura familiar, as entregas realizadas via da modalidade Compra com Doação Simultânea do Programa Alimenta Brasil processadas no 1º trimestre de 2022, totalizaram o montante de R\$13.187 mil, em 381 municípios. Foram entregues 4 mil toneladas de produtos, por 6.129 agricultores familiares, organizados em 835 associações e cooperativas. Essa execução refere-se aos projetos contratados em anos anteriores.

Ainda em relação às ações de apoio à agricultura familiar, cumpre destacar que ainda não houve contratação de novos projetos em 2022, devido ao fato de estarem em andamento as tratativas para celebração de novo TED com o Ministério da Cidadania, visando à execução de

recursos de Emendas Parlamentares para execução do Alimenta Brasil, pela Conab.

Quanto à execução da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade - PGPMBio, no 1º trimestre de 2022, os pagamentos de subvenção direta ao produtor extrativista, amparados pela “Portaria Interministerial nº 1, de 13 de julho de 2020” para Notas Fiscais de 2021, totalizaram R\$4.586 mil, correspondendo à subvenção de 5 mil toneladas de produtos para 1.516 extrativistas dos Estados do Maranhão, Minas Gerais e Mato Grosso.

Ressalta-se que a expertise e a credibilidade da Conab contribuíram para os resultados das ações de todos os Programas e ações executadas ao longo do trimestre avaliado.

24.2 Medidas de enfrentamento diante da Pandemia - Covid – 19

A Conab instituiu o Comitê de Gerenciamento de Crise em 19/03/2020, com o objetivo de reduzir e mitigar os impactos causados pela Covid-19, no âmbito da Companhia, de forma a garantir a segurança e integridade das pessoas e bens, bem com a manutenção dos serviços essenciais e estratégicos.

Foi disponibilizada uma página exclusiva na Intranet sobre a Covid-19 onde os empregados encontram o Plano de Contingência, Plano de Continuidade de Serviços, o Painel Covid-19, os protocolos disponíveis e atualizados e documentos oficiais expedidos pela Companhia sobre o assunto em tela.

Dentre os protocolos disponíveis estão: protocolo para o local de trabalho, protocolo do uso de máscaras, protocolos para viagens pela Conab, protocolo de retorno ao trabalho presencial, etc.

É obrigatório o uso de máscara em todas as Unidades da Companhia, tanto para entrar nas dependências da Conab quanto para a permanência.

Ademais, a Gebem emitiu a Nota Técnica nº 270/2020 para todas as Superintendências Regionais sobre a adoção de medidas complementares necessárias ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (Covid-19), com a aquisição de protetores faciais e de termômetros digitais infravermelhos sem contato.

Assim, a Conab reforça constantemente as orientações constantes nos protocolos, por meio de matérias na intranet, disponibilizadas por e-mail a todo corpo funcional e ao whatsapp dos gestores da Companhia.

Visando garantir a saúde e segurança dos empregados e manter a continuidade dos negócios da Companhia, por meio do Ofício Circular Interno Presi nº 064/2021, foi prorrogada a vigência do Protocolo de Retorno ao Trabalho Presencial por tempo indeterminado, podendo ser alterada de acordo com novas diretrizes emanadas pelos órgãos gestores.

Em 11/03/2021, foi emitido o Ofício Circular Interno Presi SEI nº 007, com as medidas temporárias de prevenção ao contágio do Coronavírus definidas no âmbito da Conab, com vigência enquanto perdurar o estado de calamidade na saúde em decorrência da Covid-19, ou até que outro o modifique ou revogue.

Em 17/08/2021 a Presidência da Conab emitiu o Ofício Circular Interno Presi SEI nº 15/2021, informando que, para dar continuidade aos serviços prestados pela Companhia considerados essenciais e estratégicos, a Diretoria Executiva, em reunião realizada naquela data com o Comitê de Gerenciamento de Crise, determinou que ficará a cargo dos gestores da matriz e regionais a discricionariedade sobre o retorno ao trabalho presencial de seus colaboradores, devendo ser observadas as premissas gerais para garantia de um retorno seguro ao trabalho presencial.

Em 10/12/2021 foi emitido novo Ofício Circular Interno Presi SEI nº 22, determinando o retorno dos empregados da Companhia às suas atividades presenciais (excetuando-se os integrantes dos grupos prioritários enquadrados no art. 11 da Portaria nº 328/2021 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) no dia 3/1/2022.

Com o aumento dos casos de Covid-19 reportados em todo o país, ficam reestabelecidas, em âmbito nacional, medidas mais restritivas de combate ao Coronavírus, a partir de 19/1 até o dia 2/3/2022, podendo este prazo ser antecipado ou prorrogado a depender do monitoramento da pandemia no país (Ofício Circular Interno Presi SEI N.º 6/2022).

Em virtude das novas diretrizes divulgadas pelo Ministério da Saúde em 10/1/2022 e as instruções disponibilizadas na Portaria Interministerial MTP/MS nº 14, publicada no Diário Oficial da União de 25/1/2022, foi expedido o Ofício Circular Interno Presi SEI N.º 8/2022, alterando o período de afastamento laboral presencial quando de casos confirmados ou suspeitos para Covid-19, bem como de contato com suspeitos e positivados para Covid-19.

A Companhia segue vigilante em suas campanhas de incentivo à vacinação contra quaisquer síndromes gripais, incluindo a Covid-19. A vacinação é uma medida de proteção coletiva, alcançando não apenas a si mesmo, mas também aos demais colegas de trabalho.

Brasília - DF, 10 de junho de 2022.

GUILHERME AUGUSTO SANCHES RIBEIRO
Diretor-Presidente

BRUNO SCALON CORDEIRO
Diretor-Executivo Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

JOSÉ JESUS TRABULO DE SOUSA JÚNIOR
Diretor-Executivo de Operações e Abastecimento

MARCUS VINÍCIUS MORELLI
Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas

SERGIO DE ZEN
Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade Substituto
Contador CRC DF 005969/O-5 CPF:086930721-53

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

1º Trimestre/2022

Aos
Diretores e Administradores da
CONAB COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
Brasília-DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB ("Companhia"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma

opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalvas sobre as informações contábeis intermediárias

Benefícios Concedidos aos Empregados

Embora descrito na nota 21.1, que a Companhia contratou uma consultoria atuarial, para os cálculos da obrigação relacionada aos planos de benefícios Conab Prev., Plano de Benefício Conab Saldado e Plano de Benefício Conab, conforme recomenda o CPC 33 (R1), concluindo-se que o montante do passivo registrado na contabilidade da patrocinadora seria suficiente para honrar os compromissos junto ao Instituto de Seguridade Social – Cíbrus, importante destacar que o parecer conclusivo atuarial corresponde ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Logo, não foi possível satisfazer-nos quanto à adequação da mensuração da obrigação atuarial, bem como, estimar os impactos sobre os saldos do passivo, patrimônio líquido e resultado em 31 de março de 2022.

Conclusão com ressalvas sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, com exceção do assunto descrito no parágrafo anterior, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de março de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Taxa de Depreciação Edificações

Conforme nota 4.7, a Companhia passou a adotar o cálculo da depreciação com base na vida útil estimada dos bens, conforme determina o CPC 27– Ativo Imobilizado. Em relação as edificações,

a Companhia utiliza a taxa anual de 4%. Fomos informados que a administração revisará esta estimativa face ao prazo previsto de utilização dos imóveis, ainda durante o exercício de 2022.

Outros Assuntos

Demonstrações Intermediárias do Valor Adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das Demonstrações Anteriores

Os valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a revisão das informações contábeis intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de três meses findo em 31 de março de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados cujos relatórios datados de 14 de março de 2022 e 15 de julho de 2021, respectivamente, continham ressalva com relação as taxas de depreciação admitidas pela legislação tributária sem a prática de revisão periódica das estimativas de vida útil e determinação de valor residual, que são fundamentais para a definição do montante a ser depreciado conforme o CPC 27– Ativo Imobilizado.

Curitiba, 17 de maio de 2022.

Paulo Sergio da Silva
Contador - CRCPR No 029.121/O-0 S-DF
Marlos Nanoni Reinert
Contador CRCPR No 050.998/O-9 S-DF
CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR No 2906/O-5